

Trabalhadoras em Telecomunicações: o tempo da vida é o tempo do trabalho?

Lucília Aguiar¹ e Marina Cortez²

Palavras-chave: Trabalho, Gênero, Ação Sindical.

Justificativa

A década de 1990 trouxe profundas mudanças no mundo do trabalho no Brasil, decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e das privatizações que tiveram início no governo Collor de Mello e ganharam corpo ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. O setor de telecomunicações foi um dos carros-chefes da política de desestatização, que ocorreu a todo vapor especialmente a partir da segunda metade da referida década e leiloou, no estado do Rio de Janeiro, a Telerj e Embratel. O processo de privatização modifica a característica essencial do setor de telecomunicações: de empresas de infraestrutura, com empregos majoritariamente masculinos, o setor adquire as características de prestador de serviços. As empresas demitiram em massa os trabalhadores e mudaram o perfil de contratação, adaptando-o à nova realidade.

Tal realidade do setor traz consequências para vida sindical, impondo novos desafios. No fim da década de 1990 e início dos anos 2000 a categoria cresce, há uma expansão dos postos de trabalho, especialmente no setor de teleatendimento; no entanto, a sindicalização cai de forma abrupta e a participação dos trabalhadores torna-se inexpressiva. Há um aumento do emprego feminino, mas principalmente em trabalhos precários e vulneráveis. Assim, é necessário compreender o trabalho feminino dentro do amplo processo de mudanças no mundo do trabalho impostas pelas novas exigências do capital.

Se a liberalização da economia modificou o perfil de atividade das empresas e as relações de trabalho, levando à demissão em massa em muitas empresas, permitiu, por outro lado, a criação de milhares de postos de trabalho que vieram a ser ocupados por trabalhadoras - em sua maioria afastada, até então, do mercado de trabalho formal. Este grande influxo de mulheres ocorreu, entretanto, sob condições desiguais em comparação àquelas encontradas pelos trabalhadores do sexo masculino, uma vez que para elas estavam reservados os postos mais instáveis, em condições sensivelmente mais precárias, possibilitadas pelas privatizações. Na busca por compreender a nova configuração do trabalho nas telecomunicações e levantar junto às trabalhadoras suas percepções acerca da desigualdade entre homens e mulheres (na remuneração, nas posições de direção/gerência, na qualificação, dentre outros); sobre a vida familiar e a divisão do trabalho doméstico; as formas de participação no sindicato, o Sinttel/Rio, em parceria com o AMORJ/IFCS/UFRJ e a ESS/UFF, realiza a Pesquisa “As mulheres e o Mundo do Trabalho nas Telecomunicações” em 2011.

A pesquisa aponta que a categoria de Telecomunicações é atualmente composta por um grande segmento de mulheres jovens, empregadas majoritariamente no setor de teleatendimento, que buscam formação e qualificação e vêm no trabalho uma possibilidade de ampliar os horizontes profissionais. São trabalhadoras com

¹ Graduação em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ e mestrado em Educação pela Faculdade de Educação/UFF. Atua como assessora de Formação do Sinttel-Rio.

² Graduação em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ. Atua como pesquisadora bolsista no Departamento de Formação do Sinttel-Rio.

características distintas das telefonistas da fase pré-privatização que vislumbravam e, no mais das vezes, construíam, uma carreira no Sistema Telebrás.

Objetivos

Nosso objetivo é analisar as informações decorrentes da apuração dos questionários que fizeram parte da pesquisa supra citada, em especial as baterias de perguntas contidas no mesmo que tratam da vida doméstica e familiar das trabalhadoras. Voltamos nosso olhar para os arranjos que as trabalhadoras engendram a fim de conciliar suas obrigações nas esferas do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, conciliação esta que nem sempre (ou mesmo raramente) é ponto pacífico em seu dia-a-dia e na relação com seus cônjuges e familiares em geral. As atribuições, concentrações e compartilhamentos dos afazeres domésticos entre as trabalhadoras e as pessoas com quem residem frequentemente são moldados pela maior ou menor disponibilidade de tempo extra-laboral. A existência dessa segunda etapa de trabalho no dia caracteriza a dupla jornada de trabalho e tem influência direta sobre a quantidade e qualidade do tempo do não-trabalho (leia-se, tempo livre, ou tempo usado para o lazer) que as mulheres têm, ou deixam de ter.

Realizamos um corte geracional em nossa amostra, e para o presente artigo optamos por trabalhar com as faixas etárias de trabalhadoras entre 25 a 29 anos e 30 a 49 anos. Partimos da hipótese de que as trabalhadoras mais jovens³ apresentariam relações mais igualitárias no que concerne a divisão das tarefas domésticas e cuidados com os filhos, seja com cônjuges, seja com outros membros do núcleo familiar. A diminuição da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, os casamentos ou uniões de fato ocorrendo cada vez mais tarde em suas vidas, a maior permanência na casa dos pais, a crescente busca por qualificação profissional e a realização pessoal estar cada vez mais atrelada ao sucesso profissional e não exclusivamente à vida familiar são fatores que indicam uma transformação nas relações de gênero em nossa sociedade e, acreditamos nós, a renovação de antigas concepções sobre os papéis feminino e masculino no trabalho produtivo e reprodutivo seria um outro elemento nessa transformação.

Isso posto, investigar as distintas possibilidades de arranjo entre trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e não-trabalho torna-se uma abordagem interessante para compreender as relações produtivas, que estão permeadas por relações de poder e, dentre estas, relações de gênero. O corte geracional nos possibilita fazer uma análise comparativa, a fim de identificar renovações ou permanências nas imagens e atribuições tradicionalmente associadas a mulheres trabalhadoras e homens trabalhadores.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, foram aplicados junto às trabalhadoras 1644 questionários em 2011 em algumas das várias empresas (de teletendimento, de rede externa e as operadoras) que hoje compõem o setor no Rio de Janeiro. Para a definição da amostra o Sindicato levantou, com o RH destas empresas, informações sobre o contingente total de trabalhadores e a especificação deste número discriminado entre o quantitativo de homens e de mulheres. A partir da definição das

³ Não menos que 55% do total de mulheres entrevistadas tinha entre 16 e 29 anos, o que caracteriza uma categoria extremamente jovem.

empresas a serem incluídas na pesquisa, foi estipulado, então, um universo de 5% do efetivo de mulheres trabalhadoras nas 12 empresas pesquisadas, totalizando 23 locais de trabalho nos quais a pesquisa foi realizada.⁴ Definimos duas variáveis para abordar especificamente estas questões, quais sejam, *vive com companheiro / vive sem companheiro* e *tem filhos / não tem filhos*, e realizamos os cruzamentos das questões sempre utilizando estas variáveis, além de considerar as duas faixas etárias citadas acima.

Resultados & Conclusões

Nos cuidados com os filhos, ao contrário do que imaginávamos, não parece haver uma diferença considerável entre as duas faixas etárias consideradas – aliás, em algumas das tarefas de cuidados com os menores de dez anos (quais sejam, vestir e dar banho, brincar e levar ao médico), o grupo dos 30 a 49 anos parece menos sobrecarregado; as diferenças concentram-se mais entre grupos de mulheres com companheiro e mulheres sem companheiro, havendo uma sobrecarga maior de tarefas sobre as últimas.

A participação paterna é especialmente diminuída entre as mulheres sem companheiro. Há uma participação masculina mais pronunciada em se tratando de brincar com as crianças, enquanto “levar ao médico” é uma responsabilidade claramente feminina (com índices que atingem mais de 70%). Podemos inferir que o tempo que os pais gastam com as crianças menores de dez anos está profundamente vinculado ao tempo livre e o lazer, enquanto as mães parecem seguir desempenhando o clássico papel de “cuidado” e “zelo” pelo bem estar e saúde dos pequenos.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. SP: Ed. Cortez, 2008. 12ª edição.

ÁVILA, M. B. “O Tempo e o Trabalho das Mulheres” In *Um debate crítico a partir do feminino: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. Ana Alice Costa, Maria Betânia Ávila, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares, Waldeli P. Melleiro (orgs.), CUT.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, R. e BRAGA, R (org). *Infoproletários – degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

RODRIGUES, M. C. P. E AGUIAR, Lucília. *Vivendo e Aprendendo: Trabalho e Educação como Direito*. Rio de Janeiro: SINTTEL/Rio, 2008.

⁴ Vale destacar, ainda como uma escolha metodológica, que a pesquisa teve, desde sua concepção, a preocupação com o envolvimento da direção sindical e dos/das representantes sindicais de base como parte da equipe, participando da definição dos locais a serem aplicados os questionários, do debate acerca dos conteúdos a serem trabalhados e da aplicação dos questionários propriamente dita. A estratégia de envolver a direção e os/as representantes sindicais de base teve, então, como objetivo desmistificar o processo de pesquisa. Sabemos que a academia é o locus privilegiado desta atividade, no entanto, também percebemos os movimentos sociais em geral e o movimento sindical como um espaço de ação/reflexão sobre as questões do mundo do trabalho.